

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda uma situação deveras preocupante e que mostra, para lá das morosidades burocráticas uma insensibilidade gritante face às dificuldades e sofrimento de pessoa com deficiência.

Em abril de 2017, o utente endereçou um requerimento de financiamento para produtos de apoio a pessoa com deficiência junto do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INE, I.P.) que o reencaminhou para o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

Este utente tem uma deficiência de que decorre uma incapacidade global permanente de 84% conforme certifica o Atestado Médico de Incapacidade Multiuso datado de 11 de junho de 2013. Trata-se de uma pessoa de 64 anos com incapacidade motora, decorrente da bi-amputação dos membros inferiores acima do joelho e conseqüentemente, completamente dependente de cadeira de rodas para se movimentar.

O requerimento de financiamento para produtos de apoio respeita a dois produtos específicos: 1) uma almofada anti-escaras que permite diminuir o risco de úlceras de pressão, causadas pelo uso da cadeira de rodas e que lhe provocam dores insuportáveis e 2) uma cadeira de banho elevatória que lhe permite tomar banho de forma independente e com um mínimo de dignidade.

Desde abril de 2017 que as várias respostas que o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal tem dado a este cidadão são iguais e sem qualquer indicação seja do deferimento do pedido de financiamento, seja do seu prazo de execução e citamos: “ambos os processos de financiamento de produtos de apoio se encontram devidamente instruídos e que, a quando do respetivo financiamento, será V. Exa. Notificado da decisão de deferimento por este Centro Distrital de Setúbal”.

Acresce, como se não bastassem sete meses de não respostas a um cidadão com deficiência em sofrimento atestado pelos diversos especialistas de saúde, que as respostas enviadas pelo Centro Distrital de Setúbal são um «copy-paste» de uma qualquer outra resposta uma vez que

se dirigem ao requerente (cidadão com deficiência) como se este estivesse a fazer o pedido em nome da sua esposa, conforme se pode verificar pelo excerto seguinte: "(...)recomenda-se que, em primeira instância, recorra ao aconselhamento de uma equipa especializada de um Centro Especializado e prescritor de produtos de apoio ou de um Centro de Saúde, no sentido de fazer um levantamento das necessidades da sua esposa (...)".

De referir que os produtos de apoio de que necessita foram prescritos por médicos especialistas e inclusive, pelo médico do Centro de Saúde e que são os próprios serviços da Segurança Social que afirmam que "ambos os processos de financiamento de produtos de apoio se encontram devidamente instruídos".

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento dos atrasos na atribuição de financiamento para produtos de apoio a pessoas com deficiência e/ou com incapacidade permanente, por parte do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal?
2. Quais as razões para estes atrasos e o que justifica que um cidadão em sofrimento aguarde por uma resposta há sete meses?
3. Que medidas serão adotadas para que estas situações não se repitam e para garantir que estes requerimentos, dada a sua urgência, tenham resposta imediata?

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2017

Deputado(a)s

SANDRA CUNHA(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)

JORGE FALCATO SIMÕES(BE)